

Correio Sindical Mercosul

Serviço de notícias

30 de janeiro de 2000

*Índice



Notas e Fatos

Setores e Empresas

Sindicais e Trabalho

**Anexo: O efeito caipirinha*

Relações Externas

Apoio

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição

Consultoria Econômica e Social

A discussão dos direitos trabalhistas no Mercosul

Há nove anos existe um grupo de trabalho discutindo a questão trabalhista no Mercosul. Mas só em 1994, por ocasião do Tratado de Ouro Preto, quando foi instituída uma estrutura definitiva dos órgãos do bloco, as discussões começaram de fato. E desde essa época o subgrupo, formado por uma representação tripartite do governo, trabalhadores e empregadores, vem discutindo uma possível regulamentação comum das leis trabalhistas dos países integrantes do bloco. Aliás, disso eles já desistiram. 'É um desafio muito grande harmonizar a legislação trabalhista nos quatro países. O problema não é só formal e legal, mas administrativo. Primeiro, é preciso fortalecer a discussão regional', diz Ericson Crivelli, advogado trabalhista.

É exatamente isso que a Declaração Sócio-Trabalhista do Mercosul, ratificada pelo bloco em 1998, vai suscitar, segundo Crivelli. Apesar de não ter poder legal e ser bastante genérica, a Declaração institui um patamar mínimo de direitos que deve ser garantido por todos os países do Mercosul. Esta Declaração foi baseada nos princípios estabelecidos em 1998 pela Organização Internacional do Trabalho. Foi criada uma comissão regional encarregada de acompanhar o cumprimento da Declaração e foi também decidido que cada país terá uma comissão nacional também tripartite. 'No segundo semestre desse ano as comissões nacionais devem começar a funcionar e a Declaração, começar a ser posta em prática', afirma Crivelli.

De acordo com ele, a discussão da legislação trabalhista no plano regional vai forçar que cada país também discuta a questão em âmbito nacional. Com isso, segundo Crivelli, vai sendo criada uma compreensão comum dos direitos e conceitos em cada país. Exemplo da dificuldade de uma possível legislação comum foi o desenvolvimento de um livro cujo objetivo era harmonizar a nomenclatura trabalhista dos países para que todos pudessem falar a mesma língua: foram necessários dois anos e meio de discussão para que o livro fosse concluído.

Outra iniciativa nesse sentido foi a criação do 'Observatório do Trabalho' que tem como meta entender como funciona o mercado de trabalho em cada país e harmonizar os dados e estatísticas do bloco.

'De fato, é um processo muito lento. O problema do Mercosul é sua baixa institucionalidade. Para que o bloco se consolide, é preciso que ele saia de um acordo meramente comercial e se integre política e socialmente', afirma Kjeld Jakobsen, secretário de relações internacionais da Central Única dos Trabalhadores no Brasil.

Aposentadoria - O sistema previdenciário é outra questão controversa. Afinal, quando uma pessoa vai morar em outro país, como resolver o problema da contribuição? Pelo menos esse passo já foi dado no Mercosul, uma vez que está em vias de ser instituído um acordo multilateral entre os países do bloco, segundo o qual a pessoa que está trabalhando fora de seu país de origem contribui para o sistema previdenciário do país em que está morando e, depois de aposentada, recebe daquele país o montante de recursos correspondente ao tempo em que lá trabalhou. 'Este regimento já foi aprovado pelo Mercosul e, neste momento, está em fase de apreciação pelos países', afirma Vinicius Carvalho Pinheiro, secretário da previdência social do governo federal. Segundo ele, esta foi a forma encontrada de preservar a diversidade entre as legislações dos países do bloco sem prejuízo para o segurado. (*Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 24/01/2000)

Regras comuns na Fiscalização

No final do ano passado, mais um passo foi dado no processo de integração do Mercosul. Brasil e Argentina assinaram em 25 de novembro um '**Memorando de Entendimento sobre Circulação de Produtos Alimentícios**'. Paraguai e Uruguai ainda não participam do acordo, mas poderão fazê-lo futuramente. O documento uniformiza as fiscalizações sanitárias dos alimentos industrializados. Na prática, também agiliza o tráfego de mercadorias.

Segundo Ricardo Oliva, diretor de Alimentos e Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as normas de fabricação de um produto divergem entre os países. Por isso, os importados passam por análise para checar se atendem às exigências locais. No Brasil, quem faz isso é a Vigilância Sanitária. Na Argentina, a Anmat (Administração Nacional de Medicamentos,

Alimentos e Tecnologia Médica). Essa análise detalhada chega a reter as mercadorias por mais de 40 dias na fronteira. São recolhidas amostras dos produtos e verificados itens como limites microbiológicos, tipos de aditivos usados e suas concentrações, características dos rótulos e embalagens. A inspeção não é feita com todas as cargas. Se assim fosse, as filas de caminhões nas fronteiras seriam gigantescas. Mas as empresas que exportam seus produtos pela primeira vez, ou esporadicamente, quase sempre têm a carga submetida a esse tipo de análise. O acordo assinado vai facilitar a vida principalmente desses exportadores.

Apesar do memorando ter entrado em vigor em 1º de janeiro, muitas empresas desconhecem a sua existência. Segundo Oliva, futuramente deve ser feita uma campanha divulgando o acordo. (*Gazeta Mercantil Latino-Americana- 24 a 28/01/2000*)

La Sección Uruguay del Foro Económico-Social del Mercosur se entrevistó con el Presidente Jorge Batlle

El presidente electo Jorge Batlle se manifestó dispuesto a dar mayor participación a los sectores privados en el proceso de integración, en la reunión mantenida el pasado 22 de enero con los miembros del Foco Económico- Social del Mercosur.

En la misma, se evaluó la participación de los sectores privados en el proceso de integración del bloque regional. El representante del PIT-CNT, Alvaro Padrón, dijo que el grupo encontró "receptividad" en Batlle para que esa participación "se fortalezca y amplíe". También hubo afinidad sobre su propuesta de propiciar un mayor vínculo entre el Foro y la sección uruguaya en el Grupo Mercado Común (GMC), indicó.

En la reunión, Batlle se manifestó de acuerdo en que haya un "fortalecimiento del Mercosur" antes que un reformulamiento, aunque sostuvo que previo a pasar a la unión aduanera, los países que integran el bloque deben "hacer efectiva en la práctica" la zona de libre comercio, comentó Juan Fraschini, representante del Consejo Supremo Empresarial (COSUPEM) en el Foro. Indicó que Batlle está convencido de que es necesario que el Mercosur sea más fuerte para ayudar a la "posición de Uruguay en los demás procesos" de integración.

Agregó que en la reunión se trató además la necesidad de fortalecer el vínculo con el ALCA y los países que integraban la ALADI.

En lo que el grupo consideró un "primer contacto" con el nuevo gobierno, también se valoró "la presencia del sector privado (como) ayuda a un país chico a insertarse en la gestión", dijo Padrón. El sindicalista sostuvo que el Foro brega por "más credibilidad y estabilidad en el Mercosur" y en especial por "una relación más institucional que evite medidas unilaterales y, sobre todo, grandes desequilibrios como los del año pasado" cuando estalló la crisis brasileña.

El Foro pidió una mayor vinculación al GMC para tener un carácter más institucional. Indicó que también se le solicitó a Batlle que a la hora de transferir recursos se tenga en cuenta al Foro que representa al sector privado, que aspira también a ser contemplado en la formación de los negociadores en los distintos niveles de integración de mercado. El Foro asimismo, planteó la necesidad de tener niveles de información "constantes y confiables" sobre la marcha del proceso de integración del bloque. (*El Observador 21/01/00*)

Mercosul adia regime automotivo

O acordo automotivo provisório do Mercosul, que vigoraria até o dia 29 de fevereiro, deve ser prorrogado pelo menos até julho próximo, mas com algumas modificações.

A ampliação do prazo ocorre porque as delegações da Argentina e do Brasil - reunidas em São Paulo desde anteontem - não chegaram a um consenso quanto ao acordo automotivo de transição do bloco, que deveria estar vigorando desde o início do ano e vai se estender até o final de 2003, quando começa o livre comércio no Mercosul.

Subsidios trabarón las negociaciones

Las negociaciones se trabaron en una discusión sobre el reclamo argentino para que Brasil elimine los subsidios que benefician a ese sector. Sin embargo, en lo formal, el conflicto fue zanjado cuando Brasil propuso que ambos países contraten a una auditoría internacional para que haga

un diagnóstico "objetivo" sobre los efectos de los subsidios en cada país y sus consecuencias sobre la industria del sector en el otro país. Esta iniciativa fue aceptada de inmediato por los negociadores argentinos, el secretario de Relaciones Económicas Internacionales, Horacio Chighizola, y la secretaria de Industria, Débora Giorgi.

Las dos jornadas de discusiones habían sido planteadas como la continuación del encuentro de los dos cancilleres, Adalberto Rodríguez Giavarini y Luiz Felipe Lampreia, en Río de Janeiro. José Botafogo Gonzalves, jefe de la delegación brasileña, dijo al Clarín que Brasil no aceptó los números (acerca de los subsidios) que presentó la Argentina y propuso llamar a una auditoría, que fué aceptada de inmediato.

Giorgi dijo que el tema de los subsidios es central. "No sólo hay que medir cuánto daño provocan a la industria del otro país, sino que hay que determinar durante cuánto tiempo se extienden, para reclamar una compensación acorde", dijo. Y admitió que otros conflictos como los diferendos de calzados, textiles, pollos, acero, lácteos y papel ni siquiera fueron abordados.

El único antecedente de una auditoría dentro del Mercosur es por la denuncia argentina frente a los subsidios que Brasil otorga a su industria azucarera, un trámite que lleva casi dos años sin solución.

Pero anoche, en la Cancillería argentina se hacía una lectura mucho más optimista: "Esta es la primera vez desde el tratado de Asunción de 1990 que el Brasil acepta discutir abiertamente la cuestión de los subsidios". Botafogo también hizo lo posible para mostrar el resultado de la reunión como un logro. y aclaró que las conclusiones de la consultoría no serán vinculantes, pero servirán como base para la discusión de la PAC del Mercosur. Para afinar ese nuevo cronograma, los delegados se reunirán nuevamente en la primera quincena de febrero.

La posición argentina

Previo al encuentro del 19 y 20 en Sao Paulo, la Argentina había dicho que pretendía mantener el arancel externo común del Mercosur en 35 por ciento, de manera que 17,5 por ciento se destine a un fondo para el desarrollo de proveedores en la región. Al mismo tiempo, planteó la idea de revivir su petición de que los autos comprados por la Argentina tengan un mínimo de 30 por ciento de componentes nacionales, posición que ha sido rechazada por Brasil, partidario de establecer cuotas regionales. Durante las negociaciones que se llevaron a cabo en Buenos Aires y en las que no hubo acuerdo, la Argentina pidió establecer controles sobre el comercio automotriz y de autopartes para limitar el superávit que un país puede alcanzar sobre el otro, mientras Brasil quería ampliar ese tope. (*Gazeta Mercantil, Clarín e Ambito Financiero 21/01/2000*)

Roces con Brasil por los autos

Un alto funcionario de la Cancillería brasileña aseguró ayer que la decisión argentina de pedir ante la Organización Mundial de Comercio la prórroga de su régimen automotriz hasta el 2007 podría "desequilibrar" las negociaciones entre los dos países para arribar a la denominada Política Automotriz Común. El embajador José Alfredo Graca Lima, subsecretario general de Asuntos de Integración, Económicos y de Comercio Exterior de Itamaraty, dijo que "la autorización de la OMC provocaría desequilibrios en los términos de las conversaciones entre diplomáticos de los dos países", en declaraciones a la agencia ANSA.

La gestión argentina se concretó hace casi un mes, el 28 de diciembre. Cuando faltaban tres días para que caducara el régimen automotriz que rige desde abril de 1991, la Cancillería presentó una nota ante el Consejo de Bienes de la OMC solicitando la vigencia del régimen hasta el 2007. "Lo curioso es que desde Cancillería le comunicamos de esta decisión, varios días antes, al propio Graca Lima", aseguraron ayer a Clarín fuentes cercanas al canciller Adalberto Rodríguez Giavarini.

En paralelo al régimen, Argentina y Brasil acordaron prorrogar hasta el próximo 29 de febrero la política de intercambio automotriz entre los dos países. Hace ocho días se reunieron los cancilleres de los dos países en Río de Janeiro y, a mediados de semana, se reunieron en San Pablo el vicescanciller y la secretaria de Industria de la Argentina, con sus pares brasileños. De esa reunión surgió la decisión de contratar una auditoría internacional para medir el nivel de subsidios que se otorga a la industria automotriz, donde Brasil podría llevar la peor parte. (Clarín 26-01).

Calzado: sigue la puja por la salvaguardia

La polémica entre los productores nacionales de calzado y los importadores está llegando a su punto más caliente.

El 25 del mes próximo vence la salvaguardia que protegió a la industria nacional con la fijación de un cupo máximo a la importación desde fuera del Mercosur. Esta salvaguardia logró que las importaciones cayeran en 1999 en pares un 49,8% respecto de las de 1998, según cifras de la Cámara de Producción y Comercio Internacional del Calzado y Afines (Capcica).

La Organización Mundial de Comercio decidió que esa salvaguardia no puede ser renovada. Pero Capcica agregó un nuevo elemento a la discusión. Para Juan Dumas, titular de esa cámara, el intento de los industriales argentinos por mantener esa protección surge no sólo por el temor a los efectos las importaciones.

En 1999, la Administración Federal de Ingresos Públicos dictó una resolución que creó un "régimen especial de facilidades de pago en favor de aquellas empresas cuyas actividades se inserten en sectores de la economía protegidos por medidas de salvaguardia". Este sistema les permite a las industrias del calzado consolidar las deudas impositivas y de seguridad social y pagarlas en 10 años con una tasa del 3 por ciento anual.

El texto de la resolución explica que "la deuda podrá consolidarse, excepcionalmente, a una fecha posterior a la de su otorgamiento, pero no más allá del término de la vigencia de las medidas de salvaguardia". Esto es, según Dumas, lo que incentiva a los industriales para insistir en la continuidad de la salvaguardia, la posibilidad de mantener este beneficio fiscal. (*La Nación* 27-01-2000).

Integração energética no Mercosul

A Eletrobrás, a empresa brasileira dona de todo o sistema de transmissão de energia do país, será responsável pela construção da linha que integra a estação conversora de frequência de Rivera, no Uruguai, à rede brasileira. A construção desses dois quilômetros de linha que unem a cidade fronteiriça à cidade gaúcha de Livramento, permitirá a comercialização da energia elétrica. No momento, devido a seca, o Uruguai importa energia elétrica da Argentina, a preços favorecidos. (*Gazeta Mercantil*, 24.01.00) ([regressar](#))

Na ausência de um regime de produção montadoras brasileiras mudam estratégia

'As montadoras estão revendo o mix de produtos para ver se vale mais a pena produzir em um ou outro país', diz o consultor Jose Roberto Ferro, da Fundação Getúlio Vargas. Um exemplo é a General Motors, que mudou para sua fábrica brasileira de São José dos Campos a produção da picape Silverado, produzida em Córdoba até dezembro de 1999. Mas, estrategicamente, informa a GM no Brasil, manteve a decisão de produzir o utilitário Suzuki Gran Vitara, em pequena escala, para o mercado interno. A japonesa Suzuki detém 2% do capital da GM Argentina.

'São metas de longo prazo que não dá para abandonar do dia para a noite', diz Ferro. A flexibilidade que têm para enfrentar adversidades momentâneas é mudar as linhas de produção de um país para outro. 'O regime comum é vital para a integração e o crescimento do setor', diz Ferro.

Mas a falta de definição está complicando a vida das empresas, que buscam saídas para sobreviver. 'É muito difícil trabalhar assim, até porque não se sabe quais serão as regras do jogo', diz Rodolfo Ceretti, diretor de relações institucionais da Ford. Para diminuir os problemas, a Ford vai buscar novos mercados. Em 1999, 70% de suas vendas externas foram para o Brasil. Neste ano, a empresa vai procurar vender mais para os países da América Central, Uruguai e Chile. A Ford

mantém seu plano de investir US\$ 90 milhões na nova linha do Focus, a partir do segundo semestre deste ano. (*Gazeta Mercantil Latino-Americana- 24 /01/2000*)

Mercofer pide fin de los subsidios en el sector auto

El Consejo Siderúrgico del Mercosur (Mercofer) pidió que el nuevo régimen automotor común no incluya preferencias arancelarias ni subsidios distintos de los que regulan a otros sectores industriales de la región.

La entidad, que agrupa a las principales empresas siderúrgicas del Mercosur, exige que el nuevo régimen establezca iguales condiciones arancelarias para "materias primas, partes o vehículos terminados". Y justificó el pedido en que el desarrollo del sector automotor regional debe realizarse dentro de los principios contenidos en el Tratado de Asunción y los acuerdos logrados en la Organización Mundial del Comercio (OMC).

Con relación al Arancel Externo Común (AEC) para los vehículos terminados, el informe asegura que "debe mantenerse dentro de los rangos ya negociados en el Mercosur". Creen que en caso de que el arancel se incremente, deberían modificarse proporcionalmente los aranceles de importación correspondientes a las autopartes y a las materias primas.

El documento del Mercofer agrega que "las terminales deberán incorporar un contenido regional no inferior al 60% de partes y componentes regionales en relación al total de partes y componentes que incorpora cada empresa a los vehículos producidos". Por último, reitera su oposición "a la existencia de mecanismos de admisión temporaria en el comercio intra-Mercosur, porque son incompatibles con el concepto de una unión aduanera", aseguran. (*El Observador, 21/01/2000*)

Brasil concentra investimentos externos na AL

O Brasil absorveu 32% dos investimentos estrangeiros diretos na América Latina entre 1995 e 1999, segundo estudo da Cepal. No período, os aportes somaram US\$ 310,9 bilhões. O México atraiu 17% do total. A Argentina, outros 15%.

No ano passado, conforme a Cepal, os investimentos alcançaram US\$ 85,9 bilhões. Contrariando as expectativas do início do ano, houve alta de 12% em relação a 1998. O Brasil manteve a liderança, com uma participação de 39%. Embalada pela venda da YPF para a Repsol, a Argentina aparece com 24,4%, em segundo lugar. (*Gazeta Mercantil Latino-Americana, 24/01/2000*)

Espanha vai retomar controle da Aerolíneas

O Estado espanhol retomará o controle operacional da Aerolíneas Argentinas, da qual é o principal acionista, em consequência da retirada da American Airlines da função, informou ontem a imprensa econômica de Buenos Aires. A decisão será anunciada pelo presidente da Sociedade Estatal de Participações Industriais (Sepi) espanhola, Pedro Ferreras, em reuniões que manterá com as autoridades argentinas em Buenos Aires, na segunda-feira, quando informará sobre os planos da Sepi para melhorar a situação financeira da empresa enquanto é procurado um novo sócio, uma vez que a American Airlines, acionista minoritária, abandonará o controle operacional e não conseguiu outros sócios, assinalou o diário El Cronista. O presidente da Sepi proporá o saneamento das finanças da companhia em troca do apoio do governo para proteger suas rotas comerciais, garantiu por sua vez o jornal Buenos Aires Económico. (*Gazeta Mercantil/25/01/2000*)

Nova fabrica da Renault

Conforme o seu presidente anunciou na semana passada, em Paris, a Renault iniciará em São José dos Pinhais, no Paraná, uma nova fábrica para a produção dos furgões Master.

A produção desses furgões complementar a sua linha de utilitários no Mercosul. O Master é um furgão de grande porte, nas versões carga (entre 2,8 e 3,5 toneladas) e passageiros (16), com a produção centralizada no Brasil. Na Argentina, em Córdoba, a empresa produz a furgoneta Kangoo, que será lançada comercialmente no Brasil, e os furgões médios Trafic. No Uruguai a

empresa produz , em sistema CKD com a Nordex, o Express, um furgão semelhante ao Fiorino da Fiat .

Além dos US\$ 100 milhões destinados a nova fabrica, a Renault investirá mais US\$ 115 milhões no seu complexo automotivo na cidade paranaense, inaugurado em dezembro de 1998 e onde produz a minivan Scénic e o Clio . Desses US\$ 115 milhões, 100 serão aplicados na segunda etapa da sua moderna fabrica de motores recém inaugurada. A capacidade inicial de produção de 280 mil motores deverá ser ampliada para 400 mil motores. A montadora francesa já alcançou 3% do mercado brasileiro de veículos .(*Gazeta Mercantil*, 21.01.00)

Santander amplia a sua presença na região

Com a compra do banco Meridional, o Santander abriu uma "porta de entrada" para o Mercosul . Controlando bancos na Argentina , Uruguay, Paraguay e Chile, o banco espanhol pretende interliga-los eletronicamente. Na América latina são 2.500 agências , 5 milhões de clientes e 50 mil funcionários.

Segundo o seu presidente no Brasil, o banco pretende investir no financiamento ao comércio exterior do Mercosul. O Meridional, antigo Banco Sul Brasileiro (que quebrado passou à mãos do governo) tem uma forte presença nos estados do sul do Brasil e foi privatizado em 1997 por R\$ 265,66 milhões para um banco menor o Bozano, Simonsen . O Santander adquire hoje, o controle dos dois por cerca de R\$ 1,3 bilhão, isto é os investidores quintuplicaram o seu capital ! (*Folha de S.Paulo* 22.01.00 e *Gazeta Mercantil* de 19.01, 00 e 24.01.00) ([regressar](#))

El PIT-CNT solicitó entrevista el Presidente Sanguinetti

La Mesa Representativa del PIT-CNT de Uruguay pidió una entrevista "de carácter urgente" al presidente Julio Sanguinetti para analizar "la situación conflictiva" e pedir a una "definición política" sobre la "situación conflictiva" para "trabajar con firmeza en las soluciones", informó a El Observador el secretario de Organización de la central, Eduardo Pereyra. "Esperamos conversar para analizar las causas de la conflictividad y afinar propuestas para superarla", dijo Pereyra.

En la carta a Sanguinetti la central sindical expone una lista de conflictos, encabezada por el de Gaseba Uruguay donde, según la gremial, existe una "pérdida del 40% de los puestos de trabajo" y "se despidió a siete dirigentes en una clara muestra de persecución antisindical, además de una clara violación del pliego de condiciones y contrato entre la empresa y el gobierno nacional que pone en riesgo la vida y salud de los uruguayos".

Se menciona también del cierre de la mutualista Uruguay-España y señala que la "situación (es) absolutamente precaria" en la mutualistas MIDU, Comaec, Cemeco y Cima España.

A través de la carta, la gremial se manifiesta "dispuesta" a participar de "mesas de negociación en busca de acuerdos" y señala la "necesidad de una Ley de Negociación Colectiva y Fueros Sindicales". Al referirse a ese punto Pereyra explicó que los sindicatos quieren que se "exija obligatoriedad de negociación". (*El Observador* 24/01/00)

El 40% de los que trabajan está sobreocupado

El 40% de la población ocupada trabaja más de 45 horas semanales, con un promedio de 59 horas cada siete días. De esta forma, del total de personas con trabajo, la mayoría trabaja más que el horario legal, el 32% cumple con la jornada de 8 o 9 horas y el 28% restante está subocupada .Los datos, que confirman la "sensación laboral" de varios millones de argentinos, forman parte de una encuesta realizada por Graciela Römer & Asociados en todo el país. Según el trabajo, el 73% de los sobreocupados perciben ingresos inferiores a los 500 pesos mensuales. Y si se habla de salarios, la encuesta tiene un dato revelador: si bien parece existir una tendencia al incremento de los ingresos a mayor cantidad de horas trabajadas, un importante porcentaje de trabajadores sobreocupados perciben la misma escala salarial que la población que trabaja una jornada estándar de 8 o 9 horas. En pocas palabras: trabajan más por el mismo sueldo.

Esta tendência, quizá no por casualidad, se verifica entre los sectores con menor nivel de instrucción y tarea menos calificada. Así, el 60% de los sobreocupados con baja instrucción, recibe el mismo ingreso que sus pares, que trabajan entre 35 y 45 horas semanales.

Discriminando los datos por sexo, se encuentra que el 68% de los sobreocupados son hombres, mientras que el segmento de edad con mayor tendencia a la sobreocupación se encuentra entre los 30 y 54 años (41% de la población de entre 30 y 39 años y 42% de quienes tienen entre 40 y 54 años). Asimismo, se observa una mayor proporción de sobreocupados entre quienes tienen educación media (45% de los que tienen diploma del colegio secundario) y entre quienes se desempeñan como cuentapropistas (57%).

La encuesta, además, revela que aquellas personas que trabajan más de 45 horas semanales pertenecen, mayoritariamente, a los sectores medios y medios bajos (41% y 49% respectivamente).

Un dato que permitiría explicar una parte del fenómeno del sobreempleo tiene que ver con el temor a perder el trabajo. Así, mientras el 58% de la población ocupada expresa su temor a perder el trabajo, quienes experimentan ese temor en mayor proporción son los sobreocupados: representan el 44% de los trabajadores que temen quedarse sin empleo.

De la Rúa faz ofensiva contra sindicatos

O presidente argentino, Fernando de la Rúa, lançou uma ofensiva para desestruturar as centrais sindicais do país, que, historicamente, são a base de sustentação do peronismo (na oposição).

O projeto de reforma trabalhista do governo, enviado ao Congresso na última quarta e que começa a ser discutido na próxima semana, prevê, entre outras coisas, a máxima descentralização das negociações trabalhistas. O governo quer que os acordos trabalhistas deixem de ser fechados pelas grandes centrais e passem a ser negociados por sindicatos regionais ou por grêmios dentro de cada empresa. O argumento é que os sindicatos regionais têm mais legitimidade para representar o trabalhador.

A reforma pretende aumentar o emprego estável no país, mas a descentralização representa um forte golpe, principalmente para a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que reúne 75% dos trabalhadores sindicalizados da Argentina. "Se aprovado, esse projeto vai atomizar e enfraquecer o poder sindical", disse Alfredo Atanasof, sindicalista e deputado do Partido Justicialista (peronista), do ex-presidente Carlos Menem. "Os governos radicais (da UCR) sempre tiveram essa intenção", disse Hugo Moyano, secretário-geral do sindicato dos caminhoneiros e futuro líder da CGT.

A Aliança, coalizão que elegeu De la Rúa, tem duas forças principais. A União Cívica Radical (UCR), partido do presidente, que é opositora histórica do peronismo, e a Frepaso (Frente País Solidário), formada por dissidentes do peronismo. Em 84, o ex-presidente Raúl Alfonsín, também um radical como De la Rúa, tentou sem sucesso aprovar uma lei trabalhista, conhecida como Lei Mucci, que enfraqueceria as centrais sindicais.

Não é a primeira medida de De la Rúa que afeta a CGT. No início de janeiro, o presidente assinou um decreto tirando das mãos da central a administração de um fundo de US\$360 milhões, voltado à assistência médica dos trabalhadores. Em realidade, o decreto revogou uma decisão tomada por Menem em seus últimos dias de governo, em 99.

Ao tomar a decisão de enfrentar as lideranças da CGT, De la Rúa disse estar respaldado por pesquisas que mostram que as centrais sindicais já não contam com aprovação popular. Uma pesquisa divulgada recentemente pelo instituto Mora y Araujo & Asociados concluiu que 84% dos habitantes da Grande Buenos Aires acreditam que os líderes sindicais são contrários às mudanças porque querem preservar seus próprios interesses.

Quanto ao apoio político do justicialismo à CGT, será posto à prova durante a votação no Congresso. Por enquanto, o placar está favorecendo o governo. Os principais governadores do Partido Justicialista apoiam a reforma. Os parlamentares peronistas estão divididos. (FSP, 29/01/2000)

CGT inicia gestiones contra la reforma laboral.

El miércoles próximo, la cúpula de la CGT se reunirá para elaborar una estrategia que impida que la reforma laboral que impulsa el gobierno tenga sanción legislativa.

El plan que discutirán la próxima semana incluye una acción que consideran indispensable: salir por las provincias, organizar en el interior reuniones de dirigentes regionales y, de ese modo, mostrarles a los gobernadores que ellos también pesan en la vida provincial.

La idea apunta a varios blancos. Por un lado, hacerse notar delante de los mandatarios de provincia, a los que el gobierno aspira a seducir para que la ley laboral pase por el Senado, dominado por el PJ. Por otro lado, los dirigentes de sindicatos nacionales predicarán en el interior del país en contra de lo que propone el gobierno y que puede seducir a los dirigentes locales de sus propias organizaciones: la posibilidad de que se firmen convenios con alcance regional y que esos acuerdos puedan prevalecer sobre los de orden nacional, aunque sean posteriores. (*Ambito Financiero*, 27-01).

Paraguay-Frente Sindical realiza hoy paros y marchas

Funcionarios públicos nucleados en el Frente Sindical y Social, con el apoyo de campesinos y comisiones vecinales de la Gran Asunción, harán hoy paros y movilizaciones en la capital y en varios puntos del interior. Estas acciones marcan el inicio del retiro oficial del gremio de la mesa de diálogo con el Gobierno en protesta por el incumplimiento de varios acuerdos suscritos entre las partes.

Las comisiones vecinales anuncian salir a las calles a manifestarse portando cacerolas en sus manos en repudio contra los recientes tarifazos. En Asunción, la concentración tendrá lugar en Calle Última y Eusebio Ayala, a partir de las 9:00, mientras que la "cacerolada" será en Cuatro Mojones.

En tanto, la Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC) tiene previsto efectuar cierres de rutas en las zonas de San Pedro, Alto Paraná y Yuty.

Por su parte, el Sindicato de Trabajadores de la ANDE (Sitrande) llevará adelante un paro laboral durante todo el día. Una medida similar, que abarcará de 7 a 11, harán los obreros de Petropar. Además, los sindicatos de la INC y de Petropar realizarán esta mañana una manifestación de protesta frente al Conavi.

El acto central de la jornada de protesta será en Caacupé, a partir de las 9:00, en el Km 55, frente al Kurusu Guasu. En la ocasión quemarán tres muñecos en alusión a los ministros Walter Bower, Silvio Ferreira y un tercer ministro o ex ministro liberal cuyo nombre no ha sido revelado, pero sería Oscar Denis. (*Ultima Hora*, 27-01).

Gobierno reacciona: pide calificación de paro de estatales

El gobierno de unidad nacional, que encabeza el presidente Luis González Macchi, advierte a los funcionarios de entes públicos y descentralizados que podrían quedar sin sus puestos de trabajo si es que el Poder Judicial declara ilegal la huelga realizada, en la víspera, por el Frente Sindical y Social.

El jefe de Estado solicitó ayer en Mburuvicha Róga a los ministros del Poder Ejecutivo y directores de entes que actúen con rigor y la ley en las manos y recurran a la Justicia para solicitar la calificación, para definir si la medida de fuerza se ajusta a derecho o no. (*Ultima Hora* 28-01). ([regresar](#))

Mercosur coordina acción para reunión con la UE

El gobierno argentino, presidente pro t mpore del Mercosur, convocará para principios de febrero a una reunión del Grupo Mercado Común o de los coordinadores de los equipos negociadores a efectos de acordar la postura a llevar a la reunión del 23 de febrero con la Unión Europea (UE).

Fuentes de la Cancillería dijeron que si bien todavía no existe una convocatoria formal de sus pares argentinos, en conversaciones informales ya se acordó reunirse para elaborar la posición a llevar a la reunión de Algarve, Portugal.

Los voceros señalaron que esa reunión se constituirá en "un mecanismo de consulta política" sobre el futuro de las negociaciones birregionales "luego del fiasco de Seattle". En la Ronda del Milenio de la Organización Mundial de Comercio (OMC) no hubo avances en materia de liberalización comercial.

En el encuentro de Portugal se tratar  de hacer una consideración política de un tema comercial, a los efectos de saber cuál será la posición a asumir por los países de la comunidad: si negocian multilateralmente dentro de las pautas que se den en la ronda de la OMC o apoyan la negociación entre bloques.

Los informantes recordaron que la primera postura era la que predominaba antes de Seattle y los países del Mercosur quieren saber si la mantienen a efectos de "tomar decisiones políticas en torno a las negociaciones". (*El Observador* 23/01/00)

México, cada vez más cerca de la UE

El ministro de Comercio mexicano, Herminio Blanco, calificó como "un primer paso muy importante" la aprobación en la Comisión Europea (CE) de las negociaciones comerciales con este país para establecer un área de libre acceso de bienes y servicios. Con la firma de este acuerdo, México se convertirá en el único país en tener un tratado con los Estados Unidos, Canadá y Europa, así como con seis países del continente americano.

El Acuerdo de Asociación Econ mica, Concertación Política y Cooperación, que comenzar  a regir a partir de julio próximo, permitirá que México se convierta en un punto estratégico de inversiones, además de que fortalecer  las relaciones con Europa en un nivel político y de cooperación. Hasta el momento, el acuerdo de libre comercio con México ha sido ratificado por 11 Estados miembros de la UE. Según un documento de la CE, México y la UE acordaron que las exportaciones europeas hacia el mercado mexicano cuenten con un tratamiento similar que reciben las de Estados Unidos y Canadá en el marco del Tratado de Libre Comercio (Nafta).

Extraoficialmente se dijo que para el 2003, el 50% de las exportaciones europeas entrarán libres de arancel a México, y las tarifas restantes serán reducidas de 35 a un 5% por diferentes periodos de desgravación. Para el 2007, todos los productos europeos pasarán a México libres de arancel, mientras que el 82% de las exportaciones mexicanas entrarán al mercado europeo sin aranceles a partir del 2003. El acuerdo precisa que el 100% de los productos industriales será liberalizado a más tardar en el 2007, mientras que 60% de los agrícolas se liberalizar  por periodos hasta el 2010. Las dos partes decidieron dejar para futuras negociaciones varios productos agrícolas, sensibles para México o para la UE, como lácteos, productos animales y cereales.

Pacto entre Brasil y México por autos- Preocupación en Argentina.

Brasil iniciará formalmente el próximo miércoles una negociación de preferencias tarifarias con México, que pretende facilitar las exportaciones en ambos sentidos con aquel país y que podría violar el arancel externo común (AEC) del Mercosur.

Lograr un libre comercio regulado de vehículos y autopartes es el eje central de la negociación que iniciarán ese día el subsecretario de Integración y Comercio Exterior brasileño, José Gra a, y su par mexicano, Eduardo Solís, en el Distrito Federal.

Los fabricantes de automóviles de Brasil (Anfavea) y de México (Amia) se reuniran el lunes, dos días antes del encuentro de los funcionarios, para avanzar en los estudios técnicos del acuerdo en que pretenden alcanzar un arancel de exportación e importación de cero por ciento. Según hizo trascender Anfavea, los industriales de ambos países ya tendrían casi listo el acuerdo que prevé eliminar las tarifas de exportación de automóviles, hoy de 35% de México para el Brasil, y de 20%

de Brasil hacia México. Hoy el intercambio comercial automotor entre México y Brasil es insignificante. El año último, Brasil exportó a México US\$ 250 millones en vehículos y motores y México exportó al Brasil US\$ 100 millones en autopartes.

"Sí, lo más probable es que se produzca una "perforación" del Arancel Externo Común del Mercosur", reconoció ayer un diplomático cercano a las negociaciones. Pero justificó: "Hoy la Argentina ya tiene un acuerdo de preferencias comerciales con México". Se refiere a un acuerdo en el marco de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio. Brasil no logró acordar con México, y reclamó cuando la Argentina lo hizo.

Para Enrique Federico, director de Mercedes-Benz Argentina, esta decisión del gobierno de Fernando Henrique Cardoso obliga a la Argentina a buscar un acuerdo similar con México. "Casi no hay exportaciones de autos a México, pero necesitamos buscar nuevos mercados", dijo.

Según cifras de la Aduana argentina, entre enero y abril de 1999 se exportaron 24.113.215 dólares en autopartes de la Argentina a México. Y según cifras de la Cancillería, entre enero y septiembre se exportaron \$ 59 millones. Esto es básicamente las ventas de cajas de cambio de Volkswagen Argentina para la fabricación en México del nuevo modelo Beetle. Según fuentes de la empresa, el acuerdo Brasil-México no alterará esas ventas, porque no se fabrican esas cajas de cambio en Brasil.

Para gozar de este beneficio, los automóviles y autopartes comercializados tendrían que tener un contenido mínimo de nacionalización del 60%. No está claro, sin embargo, si por "nacionalización" se incluye el contenido producido dentro de los bloques (Mercosur y Nafta). En ese caso, automóviles con componentes norteamericanos podrían ingresar en el Mercosur a una tasa menor que la pauta hoy (*La Nación* 28-01).

Agricultura na O M C

No próximo dia 7 os 135 países que integram a OMC deverão lançar as negociações sobre agricultura e serviços, como acertado há cinco anos, no final da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) . O que se pretende, depois do fracasso em Seattle é relançar progressivamente os temas mais amplos da negociação anterior, sem se restringir apenas a agricultura e serviços .

Os EUA pretendem privilegiar as discussões sobre agricultura e serviços, sem qualquer discussão quanto às questões já estabelecidas naquela rodada. A Europa, ao contrario, acena com pequenas mudanças de interesse dos países pobres(antidumping, subsídios, propriedade intelectual, etc.) que desviariam da discussão sobre a necessária abertura comercial na sua agricultura.

O Grupo de Cairns, formado pelos grandes exportadores de produtos agrícolas, que inclui entre seus 18 membros, os quatro integrantes do Mercosul, além da Austrália, Nova Zelândia, e Canada . , acredita ser a ampliação dos temas a melhor solução, pois acha muito difícil extrair concessões dos países europeus numa negociação menos ampla, restrita ao setor agrícola apenas . (*Gazeta Mercantil*, 25.01.00))([regressar](#))

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro

***Se quiser mandar notícias ou
receber os exemplares do Correio
Sindical Mercosul
e do Serviço de Notícias
escreva para nós***

